

PROGRAMAS INSTITUCIONAIS EM CURITIBA PARA A FORMAÇÃO DE LEITORES: um cortejo entre o físico e o virtual observando seus impactos

Maria Zenaide de Lima Arantes
pppmariazenaide45@gmail.com

Resumo: Na cidade de Curitiba, capital do estado do Paraná existem atualmente vários projetos voltados à formação de leitores, feitos institucionalmente pela Prefeitura da cidade. Entre eles, destacam-se, para fins desta pesquisa, o que ocorre na biblioteca Farol do Saber Gilberto Freire, e o jornal eletrônico “Extra extra”, um jornal digital elaborado em todas as escolas do Município, inclusive no Farol. Ambos executados semanalmente, no contraturno da grade curricular, para os 300 estudantes dos quartos e quintos anos. Através da descrição dos referidos projetos, da análise documental e da práxis realizada, a pesquisa pretende estabelecer uma comparação qualitativa entre ambos, para delinear e identificar suas convergências, bem como as suas divergências, com foco na Mediação da leitura com livros de literatura brasileira infantil e infanto juvenil, durante o primeiro semestre do ano de 2023, para compreender criticamente, sob o viés de Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), se as aquisições realizadas pelos beneficiários/alunos, apresentam dimensões equivalente de letramento e leitura. A pesquisa busca ainda investigar o quanto a atenção do leitor é impactada pela crescente e incentivada virtualização da leitura, utilizadas em dispositivos eletrônicos, em detrimento às alternativas físicas através das abordagens teóricas da neutralidade e do determinismo tecnológico

Palavras-chave: Curitiba; Formação de leitores; Leitura física e virtual; Atenção.

1 Introdução

Na cidade de Curitiba, existem atualmente vários projetos voltados à formação de leitores, realizados institucionalmente pela Prefeitura Municipal, alguns idealizados em parceria com outras Instituições, outros executados exclusivamente pela mesma. De acordo com o projeto Sistema de Bibliotecas Escolares no Paraná (SIBEPAR), a implantação do respectivo sistema seria fundamental para integrá-las definitivamente no processo ensino-aprendizagem (Paraná, 1989).

Segundo a fundação Cultural de Curitiba, criada no dia 5 de janeiro de 1973, em razão do processo de transformações urbanas vivenciado pela cidade nas décadas de 1960 e 1970, que envolvia, além de uma série de ações de planejamento, uma política de preservação da cultura e da história da cidade, que possui 196 bibliotecas, sendo: 150 Bibliotecas em Escolas, 32 Faróis do Saber em Escolas e 10 Tubotecas, que são pequenas bibliotecas, de acesso livre às estantes em dez estações tubo, do sistema de transporte coletivo municipal (Paraná, 1989).

Entre os projetos da municipalidade, destacam-se, para os fins da pesquisa que se apresenta, aquele realizado no âmbito o Farol do Saber Gilberto Freire, anexado à Escola Municipal Centro de Educação Integral (CEI) Bela Vista do Paraíso e também o Projeto virtual relativo ao jornal eletrônico, denominado “Extra extra”, que atualmente está sendo viabilizado em todas as escolas no município, incluindo aquele anexado ao Farol já citado. Ambos são executados semanalmente, no contraturno da grade curricular, para os 300 (trezentos) estudantes dos quartos e quintos anos (Fundação Cultural de Curitiba, [2023]).

Através da descrição dos referidos projetos, da análise documental e da práxis realizada naqueles ambientes, a pesquisa pretende estabelecer uma comparação qualitativa entre os mesmos, para delinear e identificar suas convergências, caso existam, bem como as suas divergências, com foco na Mediação da leitura de literatura infantil e infanto juvenil, durante o período do primeiro semestre do ano de 2023, visando compreender se os leitores/ estudantes envolvidos focam sua atenção nas leituras; se entendem o que leem; se realizam trocas entre si; se recontam o que leram como partilha entre seus pares; se relacionam as histórias lidas com exemplos vivenciados por si mesmos em seu cotidiano, entre outros.

As aquisições realizadas pelos sujeitos/alunos beneficiários desses projetos, serão observadas através de questionário elaborado pela pesquisadora, visando constatar se os mesmos apresentam dimensões de letramento e leitura. Bem como procurar identificar e analisar a atenção do leitor e quanto ela é impactada pela crescente e incentivada virtualização da leitura, realizada nos mais diversos dispositivos eletrônicos disponíveis na escola, como televisão, computadores e tablets, em detrimento às alternativas físicas, estas muitas vezes, construídas dialogicamente com o próprio mediador/professor da atividade que atualmente parece bastante esquecida. Identificar ainda, como a atenção é tratada pelas políticas públicas inerentes aqueles projetos, através das abordagens teóricas da neutralidade e do determinismo tecnológico.

Os livros digitais parecem constituir-se como via principal para a aquisição do letramento e da alfabetização em determinados governos, como vimos recentemente a polêmica referente ao governo de São Paulo. Segundo Paola Patriarca e Livia Machado (2023), Renato Feder defendeu que o estado passaria a usar material próprio e 100% digital para os alunos do ensino fundamental e médio da rede a partir de 2024. Assim, é fundamental investigar as políticas públicas municipais e os seus critérios para o incentivo de leitura seja com livros físicos ou virtuais. A biblioteca com seu acervo de livros físicos parece ser pouco aproveitada, quando comparada com os programas virtuais voltados para a leitura. Então sugere-se a seguinte pergunta de pesquisa: Considerando o determinismo tecnológico e as consequências do uso exacerbado das telas, a mediação da leitura com a utilização de livros físicos pode contribuir para melhorar o foco e a atenção do leitor/aluno na biblioteca escolar em comparação com a leitura digital e os danos para a aprendizagem?

Para apresentar a leitura como uma representação social diferenciada necessita-se entender seu contexto histórico. Em 26 de outubro de 1877, no período imperial, surgiu o primeiro documento com a menção específica à criação de uma biblioteca escolar. Era uma correspondência interna do Governo Paranaense, para a instalação e inauguração de uma biblioteca escolar em Curitiba, capital da província, a ser implantada e utilizada como suporte nas salas de aula (Paraná, 1877).

Data de 21 de setembro de 1884, o segundo documento do Governo do Estado do Paraná, também uma correspondência interna, que mostrava a preocupação do governo provincial com a criação de uma biblioteca escolar modelo, em uma das escolas da capital respectiva. Foram enviados 5000 (cinco mil) exemplares de compêndios escolares, para serem distribuídos aos estudantes que frequentam as escolas (Paraná, 1884).

Com o passar dos anos, muitas outras realizações voltadas para a educação e para projetos de leitura foram implementadas no Estado e, mais especificamente, na cidade de

Curitiba. Atualmente, o Paraná caminha para a estruturação de sistemas de bibliotecas por todo o seu território, nos 399 (trezentos e noventa e nove) municípios que compõem o Estado. Entretanto, ainda há muito que se fazer para que as bibliotecas escolares no Estado do Paraná exerçam de fato a função como equipamentos fundamentais no processo de formação do leitor autônomo, crítico e reflexivo, além de contribuir no processo de ensino-aprendizagem, como apoio didático aos educadores e às pesquisas dos educandos (Lima; Silva, 2015).

Houve alguns avanços e garantias em Leis, mas é preciso avançar mais. Em nível municipal, na cidade de Curitiba, na década de 1990, houve a implantação dos “Faróis do Saber”, que são bibliotecas comunitárias, situadas nas escolas municipais, que não possuíam bibliotecas escolares ou em espaços públicos (Lima; Silva, 2015).

O Farol do Saber deve ter uma programação de atividades que priorize a pesquisa, a criatividade, a reflexão, o interesse e o gosto de frequentar “uma biblioteca como instrumento para a compreensão do mundo” (Curitiba, 1994, p. 6). Assim, podendo oportunizar o acesso aos bens culturais, resgatando o fenômeno literário e o prazer do texto; criar condições que favoreçam a prática da leitura, pesquisa, informação e reflexão, instrumentos para a formação e o exercício da cidadania; suprir as bibliotecas de livros, periódicos e bens culturais, tendo em vista o interesse e as expectativas dos usuários (Curitiba, 1994).

Em 1994, no primeiro ano do projeto, 12 (doze) escolas foram contempladas com os Faróis do Saber. Sendo que, atualmente, há 45 Faróis do Saber e, destes, 34 (trinta e quatro) estão dentro das escolas e os demais funcionam/estão localizados em praças públicas da cidade. Mas é somente na década de 1990, que houve conquistas em prol das bibliotecas nas escolas, dos livros e da leitura como instrumento de produção de conhecimento e prazer (Curitiba, 1994).

A proposta pedagógica das instituições de Educação deve ter como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e

aprendizagens de diferentes linguagens, entre outros direitos. A aprendizagem de diferentes linguagens inclui os temas de pautas sociais (Brasil, 2010).

São vários os projetos voltados para a aprendizagem englobando a leitura e literatura e alguns deles pensados para o formato de jornal. A literatura é uma das responsáveis pela interação cultural permitindo ao leitor compor e reorganizar imagens por meio das práticas discursivas literárias. Os letramentos literários são espaços práticos para tecer os discursos em processos sociais de alteridade e reconhecimento das diferenças, conhecimento, produção, seleção e circulação de sentidos, com uma perspectiva política para a Educação das Relações em diferentes pautas desde a infância. O acervo físico dos faróis do saber é rico e plural, portanto, fundamental de serem mais bem utilizados e frequentados (Brasil, 1988).

O jornal eletrônico “Extra extra”, presente na rede municipal de Curitiba, desde 2001, completou 22 (vinte e dois) anos de ações totalmente focadas e realizadas através do uso das mídias digitais, nas escolas da municipalidade. O projeto possibilita o desenvolvimento de jornais eletrônicos escolares por meio da simulação de uma redação de jornal (periódico), perpassando por aspectos que vão desde a produção textual, à produção de imagens (fotos, vídeos e desenhos), até a editoração e a publicação na internet. O projeto conta com ambiente virtual, que possibilita a comunicação entre os estudantes e a comunidade em geral. Os professores participantes do projeto realizam a supervisão das ações e os estudantes, denominados “jornalistas mirins”, durante as coberturas de eventos, as entrevistas, entre outras ações, produzem os textos, publicando-os no sistema do jornal (Fundação Cultural de Curitiba, [2023]).

Os requisitos para que o profissional esteja apto para trabalhar com a leitura mediada no farol do saber é que, sendo concursado pela municipalidade, o mesmo tenha atestado o adoecimento, pela perda da voz. A saúde ocupacional que faz parte da prefeitura de Curitiba, lauda este profissional e a área de recursos humanos o aloca para as bibliotecas da Rede

Municipal de Educação. O programa de Reabilitação Ocupacional (RO), compreende o conjunto de medidas que visam o aproveitamento compulsório do servidor, portador de inaptidão ou restrições definitivas de saúde, em atividade laborativa compatível com as mesmas (Curitiba, 2006).

Refletimos: Será que o local para empréstimos de livros físicos pode ser considerado um depósito ou uma forma de descartar” pessoas doentes”? Em oposição a este dado, os requisitos para trabalhar com o jornal eletrônico “Extra extra” são que o profissional seja “saudável”, concursado ou contratado pela Prefeitura da cidade, para atuar nas escolas integrais. Seria importante observar se há uma discrepância nesses requisitos. A pesquisa pretende percorrer através do eixo da leitura. Na cidade de Curitiba há uma grande variedade de projetos e programas para incentivar a leitura. Busca-se aqui observar a biblioteca escolar como espaço privilegiado para a mediação de leitura a partir das trocas e relatos feitos pelos leitores/estudantes para analisar as práticas de mediação na biblioteca escolar como potencializadoras da leitura; identificar a biblioteca escolar como espaço privilegiado para mediação da leitura (Nunes; Santos, 2020).

O papel da mediação no processo de aprendizagem é um fator primordial para o incentivo e o desenvolvimento do hábito da leitura, em que a criança não escolhe o significado para a palavra, este lhe é dado no processo de comunicação verbal com os adultos. Assim, através do acolhimento dos sujeitos pode-se construir com os estudantes na escola e com as pessoas em geral nos demais espaços, um processo de empatia, respeito mútuo e melhor convivência com vistas nos desafios do cotidiano, ou seja, os conflitos internos, familiares, social e pedagógicos que refletem diretamente na sala de aula ou fora dela (Vygotsky, 1999).

Será que o mediador de leitura realiza o papel de quem lê por prazer e compartilha sua leitura? Pois este é um dos objetivos propostos nesta pesquisa porque o mediador ouvindo e acolhendo a leitura do outro, ocorre uma troca que se faz importante para a literatura como

prática de partilha para que a leitura não seja vista como obrigação. A literatura poderia ser vista por si só, num ambiente sem qualquer serviço ou finalidade (Vygotsky, 1999).

A mediação da leitura possibilita ao mediador interagir com o público para observar a aprendizagem a partir da ação realizada e das atividades de incentivo à leitura que iniciam na educação infantil. Porém a responsabilidade não deve ser só da escola, mas também da família que pode desenvolver o papel de mediador, acolhedor e incentivador às trocas entre os leitores, podendo aceitar novos desafios, preparar-se para desenvolver atividades e projetos de incentivo à leitura que proporcione ao estudante o desejo de frequentar a biblioteca, pois é nela que se formam os futuros leitores. É nela que a criança que aprende desde a educação infantil a importância da biblioteca escolar para sua vida cultural e social, e assim, construindo pouco a pouco, poderá possuir competência suficiente para utilizar os serviços, produtos e recursos oferecidos (Nunes; Santos, 2020).

Observa-se a Lei Nº 15.000/2016, a qual institui o Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas (PMLLLB), que forma mediadores de leitura e fortalece ações de incentivo à leitura, fortalecendo um dos objetivos desta pesquisa que visa o trabalho de mediação na leitura (Curitiba, 2016).

Também pode-se observar o PMLLLB:

A CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, CAPITAL DO ESTADO DO PARANÁ aprovou e o Prefeito Municipal sancionou a seguinte lei: Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas - PMLLLB, em conformidade com os artigos 215 e 216 da Constituição Federal, com o Decreto Federal nº 7.559, de 1º de setembro de 2011, que institui o Plano Nacional do Livro e Leitura, e com a Lei Estadual nº 17.547, de 17 de abril de 2013, que institui o Plano Estadual do Livro, Leitura e Literatura. (Curitiba, 2015).

Também a Lei nº 14.681, de 24 de junho de 2015, que aprova o Plano Municipal de Educação (PME), da cidade de Curitiba, defende o direito ao desenvolvimento saudável e para

o estudante ter acesso ao universo dos livros (Curitiba, 2015) Será que os leitores em geral e os mediadores refletem sobre a importância da biblioteca escolar, pois é na escola que se iniciam as ações e os projetos para o incentivo e o hábito da leitura, que formará leitores críticos e reflexivos (Nunes; Santos, 2020).

A biblioteca escolar precisa ser reconhecida pelo professor e por toda a comunidade escolar como uma unidade rica em informação e conhecimento e não como um depósito de livros ou mesmo de profissionais adoentados conforme os requisitos para que o profissional esteja apto para trabalhar com a leitura mediada no farol do saber já citado acima em que o mesmo tenha atestado o adoecimento, pela perda da voz (Curitiba, 2006).

Neste contexto sendo valorizado, o bibliotecário e o professor tonam-se personagens principais no processo de ensino-aprendizagem (Fundação Cultural de Curitiba, [2023]).

Considerando a política inerente dos artefatos segundo Winner observa-se que o livro é um artefato que não têm significados únicos, fixos e intocáveis, pois seu significado depende do contexto que em que é utilizado. Seja o livro físico ou eletrônico ele é um artefato humano, e nesta pesquisa tem uma finalidade específica que é utilizá-los para a leitura mediada. Há seis (6) mil anos atrás já surgiam os primeiros “protótipos” de livros, no final do século XVIII e início do século XIX, do que no final do século XX. É neste período relativamente curto da história humana que se produziu a reforma da educação universal, o que levou à leitura em massa de textos produzidos em série, ele existe desde x, faz parte da nossa identificação como sociedade etc., e em sendo um artefato, tem uma política inerente a si, como indica Winner (2017). Será que os elementos que concorrem para a configuração do artefato (livro físico ou virtual) se convertem em meio para alcançar determinados fins sociais? (Mollier, 2009).

Pode-se refletir: será que é feita uma política de acordos de poder e de autoridade nas associações humanas em que os mais ricos definem as regras? Como são as atividades que têm lugar dentro desses acordos? As transações com prefeitos, governadores e presidentes e à sua

capacidade de manipulação de legislaturas, suas tecnologias com a qualidade política definidora da forma e função do artefato, as escolhas técnicas que são realizadas são neutras? Ou pode-se considerar que um artefato nasceu neutro e foi dado um sentido a ele pelo ser humano nas construções históricas e políticas construídas ao longo dos tempos (Winner, 2017).

Refletimos em como ocorrem os processos formativos e de investigação com temas orientados para a localização e enfrentamento de demandas historicamente negligenciadas, com produção de conhecimento e novos processos viabilizados em coletivos multidisciplinares, envolvendo qualquer nível de ensino, comunidade e pesquisadores comprometidos politicamente com a busca de transformações sociais mais amplas (Auler; Delizoicov, 2015).

Um processo formativo emancipador, crítico e transformador constitui exigências para ser implementado. Precisamos refletir profundamente se há neutralidade (Auler; Delizoicov, 2015).

O artefato só pode chegar a existir como tal, caso se cumpram as condições sociais e materiais especificamente preparados para aquele artefato, como por exemplo que ele tenha uma utilidade prática: a bomba atômica é, sem dúvida, o que há de mais contundente de artefato inerentemente político (Winner, 2017).

Assim, faz-se importante refletir sobre a tecnologia que pode ser vista como uma rede de relações, para a qual concorrem os diferentes aspectos da vida em sociedade. A tecnologia e a mudança tecnológica são, desse modo, interpretadas em suas dimensões mais amplas, envolvendo os vários campos da atividade humana, incluindo o técnico, o científico, o econômico, o político, o militar e o organizacional, que se associam em redes para a construção e operação de artefatos tecnológicos (Winner, 2017).

Segundo Cupani (2011), a tecnologia é tudo aquilo que é fabricado, que é artificial. Ocorre uma produção de artefatos para poupar esforço, poupar tempo, poupar dinheiro. Tudo o que o ser humano faz é buscando a eficiência. Por exemplo o uso de uma agenda é para otimizar

e tornar o tempo eficaz. Pode-se refletir que pela perspectiva ontológica, a tecnologia é neutra na sua essência sim, mas a valoração adquirida por ela é externa e o ser humano ao se apropriar do artefato em questão pode usá-lo para bem ou para mal (Cupani, 2011).

Feenberg (2003), apresenta o “paradigma do invento”, que é o princípio formativo de uma sociedade tecnológica que mira acima de tudo na eficiência. De acordo com este “paradigma”, a tecnologia moderna separa o bem ou mercadoria que distribui dos contextos e meios da distribuição. Será que o paradigma do invento oferece ganhos evidentes em eficiência? Como por exemplo: o micro-ondas é utilizado em detrimento de uma cozinha tradicional que servia às necessidades de uma família. Observa-se que num contexto geral tudo hoje em dia é assim, voltado para a eficiência e produtividade. Então refletimos pensando em nossa pesquisa, será que há ganhos para o capitalismo e aqueles que detém o poder ao desenvolver políticas que favoreçam o acesso ao livro virtual em detrimento do físico. Há neles uma eficiência que pode nos distanciar da realidade? Um distanciamento da realidade no sentido de alienar o ser humano para não olhar criticamente e pensar por si mesmo e não manipulado por quem governa. Como seria o tornar-se e não o possuir: Tornar-se mais humanizado, mais consciente, mais crítico. Não possuir bens e acumular pensando em si e não em coletividade. Refletimos sobre os meios para se definir uma maneira de vida, um ideal de abundância e um tipo humano, não apenas para obter mais bens do sistema socioeconômico predominante (Feenberg, 2003)

Segundo Lima Junior pode-se incorporar a ciência e a técnica produtivamente aplicadas como eixos analíticos, observando as transformações nas relações sociais de produção decorrentes do desenvolvimento científico-tecnológico (Lima Junior, 2014).

O autor afirma que o que motiva o desenvolvimento tecnológico e científico sob a forma capitalista de produção é justamente a luta incessante entre os capitalistas de se apropriar e de aumentar os bens que possui. Assim, essas reflexões apontam para a sua aplicação nas pesquisas

em CTS, bem como na formação de pesquisadores no pensamento social crítico (Lima Junior, 2014).

A fatia de ganhos na rede de relações da vida em sociedade parece ser para os mais ricos. Os legisladores buscam propina com os que tem mais dinheiro e poder e as políticas atuais são hostis a qualquer bem comum. Se esta reflexão proceder, a democracia está seriamente ameaçada (Winner, 2017).

A partir do ano de 2018 (dois mil e dezoito), o poder centralizado parece ter prevalecido pela Internet através de empresas como a Google, Facebook entre outras. Os usuários podiam só entrar no site e utilizá-los. Atualmente a “eficiência” dessas empresas só aumenta. As propagandas delas sabem quem são os usuários pois aparece durante o uso do site. Este dado pode incomodar o usuário ou não. Eles podem ser resultados totalmente produzidos por essas empresas que detém o poder e desigual (Winner, 2017).

Cabe refletir que no panorama atual em que vivemos não há igualdade e respeito entre todos; como no livro “A arte de ler”, de Michèle Petit (2009), a autora reconhece que em nosso tempo o mundo inteiro é um “espaço em crise”, pois entende que uma crise se constitui sempre que os meios de regulamentação, sociais e psíquicos, praticados pelo sujeito se tornam ineficazes para fazer frente a transformações e violências vigentes na realidade.

2 Metodologia

A metodologia do presente trabalho envolveu comparações entre os dois programas da prefeitura de Curitiba já citados, a observação participante com as turmas de quarto e quinto ano do Ensino Fundamental da Escola Municipal Bela Vista do Paraíso, e a análise documental das leis e dos dados coletados será através de questionários.

Conforme Flick (2009), a pesquisa qualitativa é baseada no texto e na escrita. Ou seja, escrever é uma questão central para os estudos qualitativos, assim serão realizados

questionários com perguntas para os pequenos grupos formados de estudantes, aproximadamente três pequenos grupos de cada ano, totalizando seis grupos. Serão realizados também questionários para os seus familiares e para os professores das turmas que os respectivos alunos fazem parte. A pesquisa qualitativa se caracteriza pelo desenvolvimento conceitual, de fatos, ideias ou opiniões, e do entendimento indutivo ou interpretativo a partir dos dados encontrados.

Ao investigar os dois grupos distintos de leitura (livros físicos e virtuais) e analisar seus desdobramentos em relação a atenção e ao entendimento do que leem, foi analisada a leitura ao desmembrar cada ano escolar (quartos e quintos anos do Ensino Fundamental) em pequenos grupos para um melhor mapeamento de como se expressam na leitura. As observações foram realizadas quinzenalmente no espaço do Farol do Saber Gilberto Freire da Escola Municipal CEI Bela Vista do Paraíso, para analisar o grupo de livros físicos. Para a análise da leitura virtual foram realizados questionários com perguntas com os estudantes de quarto e quinto ano e com as professoras que acompanham as turmas nas visitas ao farol do saber.

Foi observada também a mediação das leituras na biblioteca (Farol do Saber) para ver se o mediador fazendo o papel de quem lê por prazer e compartilha sua leitura, ouvindo e acolhendo a leitura do outro, tem como resultado melhoras na atenção e no encantamento para os leitores desenvolverem o gosto em ler.

A proposta metodológica empírica foi baseada na observação participante e na análise da aprendizagem a partir de experiências de leitura dentro do espaço da biblioteca.

Sobre a observação participante Marconi e Lakatos (2003) afirmam que consiste na participação real do pesquisador com a comunidade ou grupo. Ele se incorpora ao grupo, confunde-se com ele. Fica tão próximo quanto um membro do grupo que está estudando e participa das atividades normais deste. Esta função será realizada pelo pesquisador para discutir

a biblioteca escolar como espaço privilegiado para a mediação de leitura a partir da percepção dos alunos. Considera-se que a mediação é um fator primordial para o incentivo e a construção do hábito da leitura, que deve ser responsabilidade não só da escola, mas também da família.

3 Resultados e Discussão

Feenberg (2003) mostra a dimensão técnico científico e também a social em que a tecnologia pode ser vista como determinista, mas refletimos que se assim for, ela precisa ser democratizada, não somente para todos terem acesso, mas principalmente para que pudesse ser transformada em outro tipo de ordem com igualdade e acessibilidade a todos

Poderia ocorrer uma mudança através da pressão popular, de regulamentação política, da subversão do uso das tecnologias com hackeamento, através de associação com projetistas para construir e conseguir o acesso a mesma, entre outras ações para o enfrentamento (Feenberg, 2003).

Para este autor, as construções sociais podem mudar pois o que atualmente é um consenso, no futuro poderão ser olhadas diferentes pela sociedade (Feenberg, 2003).

Assim, esta pesquisa buscou analisar e sugerir hipóteses para o enfrentamento a este contexto de crise mais especificamente na dimensão da leitura, realizada no âmbito escolar, em períodos escolares específicos.

A autora Michèle Petit (2009) apresenta, dos quatro cantos do mundo, experiências notáveis de leitura e, dessas experiências diferentes realizadas em contextos diversos e em culturas singulares, mostra a essência do que nos faz humanos: sermos seres de linguagem e ávidos por ficção. Com depoimentos de leitores que descobrem sozinhos a leitura, ou a vivenciam em grupos de leitura animados por um mediador; na escola, na biblioteca, ou ainda

em grupos de apoio ou terapêuticos; e confirmam a hipótese da autora de que a literatura é um meio ímpar de resistência às adversidades próprias aos tempos difíceis e aos espaços em crise.

Este trabalho fomentou o debate acerca das políticas públicas para analisar se está havendo um determinismo tecnológico, sob o viés do campo CTS, como forma de contribuir com questionamentos críticos acerca do desenvolvimento tecnológico: Será que o grande crescimento da tecnologia e o aumento/supervalorização da aprendizagem por meio virtual ou mais especificamente da leitura digital, subtrai com uso de violência as possibilidades de se utilizar o grande acervo de livros físicos? Houve reflexões e tomada de consciência para valorizar o livro físico e seu significado, por parte dos docentes envolvidos nas visitas e rodas de debates no espaço da biblioteca.

Pretendeu-se investigar a atenção do leitor, a mediação feita pelo profissional da biblioteca, e ainda para estender para a vida dos sujeitos implicados na pesquisa, olhando a importância da leitura para a reconstrução da identidade para uma nova visão de vida até mesmo após um luto ou uma perda. Ao ler, será que se transmite mais do que se ensina? Obteve-se uma resposta positiva, a transmissão começou no seio familiar, na escola e poderia afirmar que o aprender a ler é graças ao afeto discreto de um mediador ou não; os professores trazem histórias ainda a serem contadas ou se utilizam de repetições. Tudo já está determinado e determinado ou pode-se haver transformações (Petit, 2009). Os encontros no espaço da biblioteca ocorreram quinzenalmente e além das reflexões e experiências com as leituras realizadas e com os livros emprestados aos estudantes, também manusearam sensorialmente os livros sentindo o cheiro de livro novo; tateando a textura da capa e das páginas e observando as cores, imagens e tipos de letras. Os estudantes relataram que “ estavam apaixonados pela história” do livro que emprestaram. Também tiveram uma bate papo com uma vizinha da escola que conheceu o espaço da biblioteca em sua inauguração há mais de 20 anos. O encontro intergeracional despertou curiosidade nos estudantes que fizeram muitas perguntas

sobre como era o farol em seu início. As trocas entre a vizinha com mais de 70 anos; as professoras entre 30 e 40 anos; e os estudantes com 8 e 9 anos foi bastante enriquecedor e levou a todos a uma reflexão sobre as mudanças nas gerações.

As seguintes perguntas foram respondidas: Os espaços de leitura deveriam ser uma terra de liberdade em que os estudantes não fiquem atrelados ao rendimento escolar? Será que ele pode encontrar a si mesmo nessa experiência de leitura? O leitor poderá encontrar vida através das palavras? E os espaços? Será que o estudante pode descobrir se nos espaços de compartilhamento eles podem manusear para fazer as leituras sem pudor? Está sendo imposto à criança o jeito de ler e como ela olha as palavras a partir desta determinação? Será que para fazer parte da voz e do pensamento do indivíduo ela não precisa de um espaço de liberdade e afeto? Cada relato de estudantes e professores, apresentou transformações e conscientização na relação com a leitura pois em todos eles foi pontuado a importância de ir além das letras expressas (Petit, 2009).

4 Considerações Finais

Faz-se importante observar se a aceleração das transformações, o crescimento das desigualdades, das disparidades, a extensão das migrações alterou ou fez desaparecer a forma em que a vida se desenvolvia, tornando homens, mulheres e crianças vulneráveis, ainda que de maneira distinta, de acordo com os recursos materiais, culturais, afetivos de que dispõem e segundo o lugar onde vivem, sofrem perdendo seu direito como cidadão (Petit, 2009). A autora afirma que:

As crises, muitas vezes vividas como ruptura pela perda de paisagens familiares e separação da família e dos próximos, confinam o sujeito num tempo imediato – sem projeto e sem futuro –, em um espaço sem linha de fuga. Despertam feridas, reativam o medo do abandono, abalam o sentimento de continuidade de si e a autoestima.

Provocam, às vezes, uma perda total de sentido (Petit, 2009, p. 21).

Assim conclui-se que a luta pelo poder deste sistema que busca alienar o sujeito e nos leva a ser sujeitados às relações capitalistas. Vemos isso quando as máquinas entram na produção para aumentar a produtividade e diminuir os preços de mercado, assim como os livros virtuais podem ser muito mais valorizados que os físicos. Conforme Antunes (2008) o século XX ficou definido como o século do automóvel, foi através do binômio taylorismo-fordismo que a estrutura produtiva se desenvolveu: uma fábrica (prolongando-se para a sociedade) produzindo sob o controle rígido do capital.

Cabe questionar a economia, a justiça social, saber como as organizações criam e realizar reflexões sobre o que é ser humano sendo fundamental e urgente questionar e gerar reflexões pois segundo Vygotsky (2003), os processos mentais superiores têm origem em processos sociais, e o desenvolvimento cognitivo não pode ser entendido sem a referência ao meio social, pois consiste na conversão das relações sociais em funções mentais.

Segundo o autor, é na socialização que acontece o desenvolvimento dos processos mentais, através da mediação, por meio da qual o sujeito internaliza as atividades e os comportamentos sociais, realiza a reconstrução interna de uma operação externa. Se a relação do homem com o mundo em que vive não é direta, mas mediada por instrumentos (materiais) e signos que são representações mentais que substituem objetos do mundo real. Alguns passos já foram dados, houve conscientização segundo relatos dos sujeitos envolvidos na pesquisa, mas ainda há muito o que se realizar. É preciso lutar por justiça e equidade na educação e no mundo (Vygotsky, 2003).

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. Desenhando a nova morfologia do trabalho: as múltiplas formas de degradação do trabalho. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 83, p. 19-34, 2008. DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.431>.

AULER, Décio; DELIZOICOV, Demétrio. Investigação de temas CTS no contexto do pensamento latino-americano. *Linhas Críticas*, Brasília, DF, v. 21, n. 45, p. 275-296, 2015. DOI: <https://doi.org/10.26512/lc.v21i45.4525>.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 5 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB Nº 15/2010. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6702-pceb015-10&Itemid=30192. Acesso em: 4 set. 2023.

CUPANI, Alberto. Filosofia da tecnologia: um convite. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.

CURITIBA. Lei nº 15.000/2016 14.681, de 24 de junho de 2015. Institui o Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas - PMLLLB. Curitiba: Câmara Municipal, 2016. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/2016/1500/15000/lei-ordinaria-n-15000-2016-institui-o-plano-municipal-do-livro-leitura-literatura-e-bibliotecas-pmlllb>. Acesso em: 5 set. 2023.

CURITIBA. Lei nº 11.768, de 1º de junho de 2006. Dispõe sobre a reabilitação ocupacional, do servidor público municipal, acrescenta §§ 1º e 2º ao art. 3º da Lei nº 8704, de 21 de setembro de 1995, revoga a Lei nº 8453 de 26 de maio de 1994, os arts. 58, 59 e 60 da Lei nº 1656, de 21 de agosto de 1958, os arts. 38 e 39, da Lei nº 6761, de 8 de novembro de 1985 e o Decreto nº 1.300, de 19 de novembro de 1993, e dá outras providências. Curitiba: Câmara Municipal, 2006. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/2006/1177/11768/lei-ordinaria-n-11768-2006-dispoe-sobre-a-reabilitacao-ocupacional-do-servidor-publico-municipal-acrescenta-1-e-2-ao-art-3-da-lei-n-8704-de-21-de-setembro-de-1995-revoga-a-lei-n-8453-de-26-de-maio-de-1994-os-arts-58-59-e-60-da-lei-n-1656-de-21-de-agosto-de-1958-os-arts-38-e-39-da-lei-n-6761-de-8-de-novembro-de-1985-e-o-decreto-n-1300-de-19-de-novembro-de-1993-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 5 set. 2023.

CURITIBA. Lei nº 14.681, de 24 de junho de 2015. Aprova o Plano Municipal de Educação - PME, da cidade de Curitiba. Curitiba: Câmara Municipal, 2015. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/2015/1469/14681/lei-ordinaria-n-14681-2015-aprova-o-plano-municipal-de-educacao-pme-da-cidade-de-curitiba>. Acesso em: 5 set. 2023.

CURITIBA. Secretaria Municipal de Educação. Farol do saber. Curitiba: Secretaria Municipal de Educação, 1994.

FEENBERG, Andrew. Do essencialismo ao construtivismo: a filosofia da tecnologia numa encruzilhada. São Carlos: UFSCar, 2003.

FLICK, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa. 3. ed. São Paulo: Artmed, 2009.

FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA. Curitiba, [2023]. Disponível em: <http://www.fundacaoculturaldecuritiba.com.br/>. Acesso em: 29 jun. 2023.

LIMA JUNIOR, Paulo et al. Marx como referencial para análise de relações entre ciência, tecnologia e sociedade. *Ciência & Educação*, Bauru, v. 20, n. 1, p. 175-194, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/1516-731320140010011>.

LIMA, Leda Maria Araújo; SILVA, Rovilson José. Histórico das bibliotecas escolares no Estado do Paraná. *Biblioteca Escolar em Revista*, Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, p. 53-71, 2015. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-5894.berev.2015.106610>.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos da metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 2003.

MOLLIER, Jean-Yves. A história do livro e da edição: um observatório privilegiado do mundo mental dos homens do século XVIII ao século XX. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 25, n. 42, p. 521-537, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-87752009000200008>.

NUNES, Martha Suzana Cabral; SANTOS, Flaviana de Oliveira. Mediação da leitura na biblioteca escolar: práticas e fazeres na formação de leitores. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 3-28, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-5344/3725>.

PARANÁ. Governo do Estado. [Correspondência do governo]. Curitiba, 1877. Arquivo Público, Curitiba, v. 19, PB001, AP529, p. 124.

PARANÁ. Governo do Estado. [Correspondência do governo]. Curitiba, 1884. Arquivo Público, Curitiba, v. 19, PB001, AP721, p. 138.

PARANÁ. Secretaria de Estado de Educação. *Sistema de Bibliotecas Escolares do Paraná – SIBEPAR: proposta de implantação*. 1989. 32 f. Projeto apresentado à Comissão Estadual do Livro da Secretaria de Estado, Curitiba, 1989.

PATRIARCA, Paola; MACHADO, Livia. Após defender material 100% digital, secretário diz que SP não aderiu ao PNLD porque livros do MEC não podem receber anotações de alunos. In: G1. São Paulo, 7 ago. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/08/07/apos-defender-material-100percent-digital-secretario-diz-que-governo-nao-aderiu-ao-pnld-porque-livros-nao-podem-ser-rabiscados-por-alunos.ghtml>. Acesso em: 4 set. 2023.

PETIT, Michèle. *A arte de ler: ou como resistir à adversidade*. São Paulo: Editora 34, 2009.

VYGOTSKY, Lev S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

VYGOTSKY, Lev S. *Psicologia da arte*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

WINNER, Langdon. Is there a right to shape technology?. In: WINNER, Langdon. *Langdon Winner on politics, technology and the arts*. New York, 27 Aug. 2017. Disponível em: <https://www.langdonwinner.com/technopolis/2017/8/27/is-there-a-right-to-shape-technology>. Acesso em: 5 set. 2023.

